



Anais da Assembléia

N.º 85

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 1981

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wandlerer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem nº 55/81

Curitiba, 27 de julho de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a concessão de um abono aos ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão, aos integrantes da Polícia Militar do Estado e ao respectivo pessoal inativo, a ser pago juntamente com os vencimentos dos meses de outubro, novembro e dezembro do corrente ano.

A anexa Exposição de Motivos nº 03135, de 1º de julho do corrente ano, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, demonstra, com o devido detalhamento, a necessidade e oportunidade da medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa.

Vejo-me, entretanto, no dever de salientar alguns pontos que sei não os desconhecer essa digna Assembléia: faço-o como um dever moral e como respeito a essa nobre Casa e como satisfação que devemos todos aos servidores públicos estaduais que irão receber o que é possível, e ao povo, de quem todo poder

emana e que é quem, em última análise, vai conceder este abono. Tenho para mim que pedir o impossível seria inviabilizar o possível. Do mesmo modo, prometer o impossível é defraudar uma confiança e acenar com uma utopia; tanto quanto conceder o impossível é levar irresponsavelmente o Estado à condição de não poder atender seus compromissos, inclusive com seus próprios servidores.

Eis porque o abono presente, estudado com a preocupação social a que não devemos fugir, mas dentro da dimensão do cuidado e da responsabilidade que cabe ao Governo, é apresentado nas bases do anteprojeto de lei.

Nosso orçamento demonstra que as despesas de capital, quase todas, são feitas com recursos oriundos de empréstimos. Estes são conseguidos, muitas vezes, com imensas dificuldades e sempre com a preocupação de pesar bem a capacidade de endividamento do Estado. Mas eles se destinam a programas especificamente dirigidos ao desenvolvimento geral, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros do Paraná.

Todos temos certeza de que não nos podemos cingir ao presente. Por isso, é impossível deixar de olhar para o futuro, até mesmo para o futuro próximo. Eis que todos nós nos preocupamos com as dramáticas consequências, para a população e para o erário público, que advirão das calamidades climáticas com as violentas geadas dos últimos dias.

Temos no coração a sensibilidade para com as necessidades de nossa gente no campo que precisa contar e contará, como sempre contou, com a solidariedade e o apoio de nossos poderes públicos que, assim fazendo, cumprem indelegável dever como, aliás, o fazem sempre em todos os setores de suas atividades.

O Governo do Estado se esforça na concessão do possível. Do povo e dos servidores públicos espera a compreensão para que um dia, com o esforço de todos e sob as bênçãos de Deus, consigamos alcançar o ideal que é a plena realização do bem comum.

Certo de que o anteprojeto de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo e em comissão do Serviço Público Civil, aos integrantes da Polícia Militar e ao respectivo pessoal inativo do Estado, fica concedido um abono a ser pago na forma desta lei, juntamente com os vencimentos relativos aos meses de outubro, novembro e dezembro do corrente ano.

§ 1º — O abono será calculado mediante aplicação de percentuais sobre o vencimento ou soldo mensal básico, segundo os critérios seguintes:

- I - para vencimento ou soldo mensal básico de até Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), 43% (quarenta e três por cento);
- II - para vencimento ou soldo mensal básico superior a Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), 43% (quarenta e três por cento) sobre esta importância, e 30% (trinta por cento) sobre o que exceder, até o limite de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) de vencimento ou soldo.

§ 2º — Aos integrantes da Polícia Militar do Estado,

em atividade, o abono será calculado sobre a soma do soldo básico do posto ou graduação e a gratificação policial militar especial, instituída pelo § 1º, do Art. 2º, da Lei nº 7.434, de 29 de dezembro de 1980, acrescida, somente para efeito desse cálculo, do índice modal de 14% (quatorze por cento) do valor da referida soma.

§ 3º — Aos funcionários do Quadro Especial da Coordenação da Receita do Estado, o abono será calculado sobre a soma do vencimento básico do cargo e a vantagem de que trata o inciso III, do Art. 89, da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

§ 4º — Ao ocupante do cargo de professor do Quadro Próprio do Magistério, o valor do abono poderá ser inferior a Cr\$ 5.352,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta e dois cruzeiros).

Art. 2º — Para os efeitos do Art. 15, da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, o limite nele estabelecido será a soma do vencimento do cargo correlato e o respectivo abono calculado na forma desta lei.

Art. 3º — Aos policiais militares inativos, o valor do abono será igual ao dos policiais militares em atividade, do mesmo posto ou graduação.

Art. 4º — O abono de que trata esta lei poderá ser convertido em vencimento ou soldo, no todo ou em parte, exclusivamente para cumprimento do disposto no Art. 78 da Constituição Estadual, no caso de majoração do salário mínimo no corrente exercício.

Parágrafo único. A majoração do salário mínimo, a que se refere este artigo, não poderá, em nenhuma hipótese, ensejar elevação do valor do abono, ou de seu remanescente.

Art. 5º — Ressalvado o previsto no artigo anterior, o abono de que trata esta lei é insuscetível de incorporação, não podendo servir de base ao cálculo de quaisquer vantagens funcionais ou contribuições previdenciárias, nem de componente de proventos de aposentadoria.

Art. 6º — No sentido de manter a proporcionalidade existente entre os vencimentos das Tabelas I e II, do Anexo II, da Lei nº 7.424/80, cada vez que ocorrer modificação no valor do salário mínimo regional fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações necessárias na referida Tabela I.

Parágrafo único — Por ocasião de modificação do salário mínimo que ocorrer durante a vigência do abono de que trata esta lei, observar-se-á, na aplicação do disposto neste artigo, a regra contida no Art. 4º.

Art. 7º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o limite de Cr\$ 5.100.000.000,00 (cinco bilhões e cem milhões de cruzeiros) para atender as despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive as decorrentes da aplicação desta lei, servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º — Revogam-se as disposições em contrário.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 03135

Curitiba, 12 de julho de 1981.—

Senhor Governador:

Atendendo recomendação de Vossa Excelência e com anuência das áreas econômica e financeira, tenho a honra de encaminhar e submeter à sua elevada consideração a inclusa minuta de anteprojeto de lei que visa conceder, aos funcionários públicos civis, militares e respectivos inativos do Estado, um abono, de caráter temporário, em forma de percentual diferenciado, aplicado sobre duas faixas de vencimento ou soldo.

2. As atuais tabelas de vencimentos estão em vigor desde 1º de janeiro do corrente ano, quando ocorreu o reajuste geral do funcionalismo civil e militar do Estado.

3. É oportuno salientar também, Senhor Governador, que a despesa com pessoal e encargos sociais foi orçada para 1981 considerando que o reajuste salarial limitar-se-ia a um acréscimo de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre os níveis praticados em meados de 1980. Todavia, com a superveniência de legislação reguladora de vencimentos e vantagens dos servidores públicos, as previsões orçamentárias para ocorrer a esta espécie de despesas, tornaram-se insuficientes.

4. Assim foi que se concedeu reajuste mínimo de 72% (setenta e dois por cento) e, ao longo do exercício de 1980 e também neste ano de 1981, concretizaram-se inúmeros benefícios para diversas classes, onerando a disponibilidade orçamentária além de sua capacidade inicial. Algumas providências no sentido de amenizar os impactos financeiros sobre o orçamento já estão sendo tomadas consoante o que a técnica e a legislação determinam, utilizando-se de remanejamento de recursos internos, inclusive apropriando dotações de Reserva de Contingência.

5. Ainda assim subsiste a necessidade de viabilização de recursos suplementares, os quais, somados à demanda decorrente da presente proposição, da ordem de dois bilhões de cruzeiros, alcançam um valor próximo de cinco bilhões e cem milhões de cruzeiros para equacionar a cobertura dos dispêndios adicionais com pessoal. Perante tais fatos, o abono ora proposto, a vigorar até o próximo aumento geral de vencimentos, constituindo-se em mais um benefício financeiro e diminuindo os espaços entre as revisões de vencimentos, representa, em termos de índice e de oportunidade, o máximo que permite a receita estadual e traduz limpidamente a determinação de Vossa Excelência em obter ações concretas que visam minorar os efeitos da elevação do custo de vida sobre os rendimentos do funcionalismo estadual.

6. Por isso adotar-se a aplicação de percentuais diferenciados e cálculo cumulativo, incidindo na razão de 43% (quarenta e três por cento) até a importância de Cr\$ 12.000,00 de vencimento base e de 30% (trinta por cento) para a importância excedente de Cr\$ 12.000,00 até Cr\$ 80.000,00, no vencimento base, somando-se finalmente o resultado obtido. O abono proposto não deverá incidir sobre importância excedente de Cr\$... 80.000,00 de vencimento base, devendo a maior importância de abono situar-se em Cr\$ 25.560,00.

7. A minuta de anteprojeto de lei proposto, regula, também, a forma de incidência do percentual do abono para os:

1. policiais militares, determinando que os percentuais incidam sobre a gratificação policial militar especial criada pela Lei nº 7.434/80 tendo-se em vista que sobre ela calculam-se todas as vantagens funcionais e um percentual de 14%, usado como componente para estabelecer o limite do abono a ser concedido aos militares;
 2. funcionários integrantes do Quadro Próprio da Coordenação da Receita do Estado, determinando que o percentual incida também sobre a vantagem de que trata o inciso III, do Art. 89, da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978;
 3. aposentados, estabelecendo que para efeito do Art. 15, da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, será considerado o vencimento base do cargo correlato;
 4. professores pertencentes ao Quadro do Magistério, assegurando-lhes a percepção de importância não inferior a Cr\$ 5.352,00, a título de abono.
8. Prevendo a superveniência da fixação de novo salário mínimo no mês de novembro, quando já estará sendo pago o abono, a minuta de anteprojeto de lei, procura dar ao Executivo condições para que se proceda a conversão do abono em vencimento, no todo ou em parte, de forma que não prejudique o estudo do aumento geral de vencimentos do funcionalismo,

para o próximo ano. Da mesma forma, prevê a possibilidade de serem revistas as tabelas de vencimentos I e II, do anexo II, da Lei n.º 7424/80, quando ocorrer modificação do salário-mínimo regional e conseqüente alteração dos vencimentos dos níveis abrangidos, no sentido de que seja guardada a necessária proporcionalidade entre os vencimentos das Tabelas I e II, hoje existente na razão de 33,33%.

Certo de que a medida proposta será adotada por Vossa Excelência, reitero-lhe os meus protestos de estima e consideração.

a) SEGISMUNDO MORGENSTERN

Secretário de Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Emenda:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 08/81

Inclua-se

Art. — Os atuais cargos de provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, Símbolo 3-C, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, ficam transformados em cargos de Assessor Parlamentar, Símbolo 1-C, com proventos de Assessor Técnico, Símbolo 1-C.

Art. — Os atuais cargos de provento em Comissão de Assessor Parlamentar, Símbolo 6-C, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, ficam transformados em Cargos de Assessor Parlamentar, Símbolo 3-C.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1981.

aa) VALDUGA, MÁRIO CELSO, FUAD NACLI, ADALBERTO DAROS, GABRIEL MANOEL, ANTÔNIO COTRIM, QUIELSE CRISÓSTOMO, PALÁCIOS, LÁZARO DUMONT, TRAJANO BASTOS, GILBERTO AGIBERT FILHO, FIORI LUIZ, NELSON BUFFARA, EDILSON ALENCAR, TADEU LÚCIO MACHADO, NESTOR BAPTISTA, EZEQUIAS LOSSO, CYRO MARTINS, FIDELCINO TOLENTINO, ANTÔNIO FACCI, JOSÉ TAVARES, DARCY DEITOS, WALDYR PUGLIESI, FRANCISCO ESCORSIN, RENATO BERNARDI, JOSÉ DOMINGOS, NELTON FRIEDRICH, TÉRCIO ALBUQUERQUE, GABRIEL SAMPAIO, CARLOS ZANLORENZI, LINEU TURRA, LEÓNIDAS CHAVES e duas assinaturas ilegíveis.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a aprovação de voto de pesar pelo falecimento do Sr. HUGO SEBEN, um dos pioneiros do jornalismo londrinense, ocorrido no último sábado na cidade de Londrina.

Outrossim, solicitam seja comunicado ao jornal "Folha de Londrina", à Rua Piauí, 241 - Londrina.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1981.

aa) JOSÉ TAVARES, FIORI LUIZ

Apoiamto: VALDUGA, LÁZARO DUMONT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações pela comemoração do centésimo vigésimo sétimo (127.º) aniversário da Gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná.

O presente registro, Senhor Presidente, tem a intenção de testemunhar àquela briosa Corporação, todo o carinho e a gratidão do povo paranaense, em virtude dos inestimáveis serviços que seus integrantes prestaram e, certamente continuarão prestando à comunidade de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

SEMANA DA POLÍCIA MILITAR

A gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná - corporação que se cobriu de glórias ao longo dos cento e vinte e sete anos de existência - comemora atualmente a "Semana da Polícia".

Ninguém poderá exagerar nos elogios que endereçam à Polícia Militar do Estado, porquanto o acervo de serviços prestados à coletividade e a forma impecável com que são executados, ultrapassam de muito o significado dos adjetivos.

Tropa constituída de homens vocacionados para servir com altivez, desde o menos graduado até ao seu ilustre Comandante opera como um só corpo, animado pelo espírito cívico e patriótico.

Os seus diversos escalonamentos — Segurança repressiva e preventiva, policiamento de trânsito, florestal, portuário, rodoviário, feminino, o Corpo de Bombeiros, nas missões contra incêndios e salvamentos e outros tantos que não indico expressamente para não alongar demais esta referência — todos eles conquistaram a simpatia e o carinho da população paranaense.

E é este o seu maior galardão: o reconhecimento popular. Porque a este ninguém ilude, ninguém engana. Só a conquista quem realmente conquista a alma do povo.

Como representante dos paranaenses na Assembléia Legislativa sou um dos grandes entusiastas da Polícia Militar, porque não só interpreto naquele Parlamento os interesses da comunidade, mas procuro traduzir também os seus sentimentos.

Por isso, creio poder testemunhar o carinho de que é alvo a digna Polícia Militar do Paraná, por sua eficiência, coragem, dignidade e disposição para se doar ao bem-comum.

Assim, nestes dias dedicados à Polícia Militar do Estado, desejo transmitir a todos os seus integrantes, a gratidão do povo paranaense e o incentivo à busca de sempre maiores realizações para o engrandecimento dessa briosa corporação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de apelo ao Secretário dos Recursos Humanos, Segismundo Morgenstern, no sentido de que seja adaptada com urgência à Constituição Estadual a regulamentação da Reciprocidade de Tempo de Serviço para a Aposentadoria dos Professores, regulamentada através da Lei Federal n.º 6864, publicada no Diário Oficial da União no dia 31 de março do corrente ano.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Desde o final do ano passado, a classe dos professores vem fazendo gestões junto ao Governo visando a regulamentação da Reciprocidade de Tempo de Serviço para Aposentadoria. Com a Lei Federal n.º 6864, o benefício foi conseguido pelos professores, que agora desejam a sua adaptação à Constituição Estadual, a exemplo do que já ocorreu em diversos outros Estados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, apelando no sentido de determinar à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, para que, com urgência, proceda a implantação em nosso Estado, a exemplo de outros Estados da Federação Brasileira, da Lei Federal n.º 6864, regulamentada através do Decreto Federal n.º 85805 de 31 de março do ano em curso, que visa promover a contagem recíproca ao Servidor Público Estadual para efeitos de aposentadoria do tempo de

serviço em atividade vinculada ao regime da Previdência Social.

Tal solicitação vem de encontro aos reclamos e dos inúmeros apelos que são diariamente apresentados nesta Casa por entidades de classe, servidores públicos, como também de trabalhadores regidos pelo regime da Previdência Social, que aguardam a extensão deste benefício em nosso Estado, para fins de efetivarem e regularizarem, após o tempo de serviço prestado, suas aposentadorias.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1981.

a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: REQUER, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores General JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, Presidente da República e ao Dr. JAIR SOARES, Ministro da Previdência Social, conforme o exposto abaixo:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes às autoridades acima mencionadas, contendo sugestões no sentido de que neste ano em que se comemora o "ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES", para que sejam concedidas as aposentadorias aos trabalhadores de deficiências físicas, aos 20 (vinte) anos para as mulheres, e aos 25 (vinte e cinco) anos para os homens, na mesma forma da aposentadoria por tempo de serviços concedidas aos ex-combatentes, que tem suas aposentadorias concedidas por tempo de serviço aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, depois de 60 (sessenta) meses de contribuição, inclusive o paraplégico.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1981.

a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo, que o Governo Federal, através do Ministério da Previdência e Assistência Social, participe diretamente neste "ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES", com o envio de Mensagem ao Congresso Nacional, contendo uma emenda na Lei da Previdência Social, concedendo aos trabalhadores portadores de deficiências físicas, a aposentadoria por tempo de serviço aos 25 (vinte e cinco) anos para os homens, e aos 20 (vinte) anos para as mulheres, já que este benefício desde a muito vem sendo concedido aos ex-combatentes que participaram das operações da Segunda Guerra Mundial.

Todas as comunidades brasileiras estão empenhadas, para solucionar, ou pelo menos amenizar a situação destes seres humanos, que não tiveram culpa de serem portadores de uma deficiência física, mas que para o seu sustento, às vezes, são até obrigados a implorarem para conseguirem um trabalho, e se analisarmos, profundamente, estes trabalhadores sofrem um desgaste físico bem maior que o trabalhador normal, o trabalhador não deficiente, e nada mais justo que eles tenham também o mesmo privilégio concedido aos ex-combatentes de guerra. Portanto, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, esperamos que o alto espírito humanitário de que são portadores os Excelentíssimos Senhores JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, Presidente da República, e o DOUTOR JAIR SOARES, Ministro da Previdência e Assistência Social, faça com que estas autoridades examinem com carinho, a proposta contida neste requerimento, que ora apresentamos, e que na certa poderemos contar com o apoio na sua aprovação, por parte dos nobres Pares que tomam assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretá-

rio da Educação, solicitando as providências de sua pasta, para a implantação de curso de segundo grau no Distrito de Santa Galo, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1981.

a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

As razões que justificam tal providência são óbvias.

É lamentável, por exemplo, o significativo número de crianças que, ano após ano vêm concluindo o primeiro grau e não têm a mínima possibilidade na continuidade de seus estudos, pela carência de escola de segundo grau, no Distrito de Santa Galo.

Desde o início das atividades do curso de primeiro grau na localidade, em 1975, concluíram o curso, um total de 118 alunos, sendo que a maioria destes não conseguiram concluir seus estudos, e os que o fizeram tiveram que se locomover ou para Guarapuava ou para Laranjeiras do Sul.

O distrito localizado às margens da BR-277, no sentido Guarapuava-Foz do Iguaçu, já possui estrutura perfeitamente compatível com esse anseio da comunidade, pois entre outros benefícios, já possui rede telefônica e de eletricidade, bem como duas escolas públicas de primeiro grau.

Além do mais, a própria comunidade dispõe de professores formados, o que por certo, facilitará a implantação do curso de segundo grau, atendendo assim às expectativas da comunidade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 73/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de IPORÃ, com sede e foro na cidade de Iporã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade vem prestando trabalho dos mais significantes junto à comunidade de Iporã, atendendo famílias pobres através de assistência médica-hospitalar e odontológica.

Procede a distribuição de gêneros alimentícios, agasalhos e roupas, não só as crianças como a adultos, com isso minimizando o sofrimento de pessoas que não encontraram melhor amparo. Sendo uma região puramente agrícola, sabemos nós que o número de bóias-frias é muito elevado, havendo necessidade da conjunção de esforços para alcançar o bem-estar social dessas pessoas carentes de recursos.

O próprio trabalho já desenvolvido demonstra o quanto o Serviço de Obras Sociais de Iporã realizou em prol de sua comunidade.

Assim sendo, a declaração de utilidade pública por parte dos nobres Pares é uma maneira de homenagearmos aqueles que, através de um trabalho anônimo coloca o seu semelhante acima de quaisquer preconceitos.

PROJETO DE LEI N.º 74/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, o prazo estabelecido no art. 30 da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1981.

a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

O Art. 30, da Lei nº 7.424/80, dá um prazo de vinte dias para que o funcionário enquadrado no Plano de Classificação, opte pelo retorno da situação funcional em que se encontrava anteriormente.

Esse prazo, entretanto, não foi suficiente para que os funcionários lotados no interior do Estado tivessem tempo de decidir e manifestar sua intenção de permanecer na situação funcional em que se encontravam.

É, pois, medida de justiça, permitir àqueles funcionários que perderam o prazo para manifestar-se sobre o interesse pela permanência na situação funcional em que se encontravam, que o façam dentro de um novo prazo.

PROJETO DE LEI Nº 75/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Os atuais integrantes da carreira de Procuradores do Estado, com mais de quarenta anos de serviço público estadual que, antes da vigência da Lei nº 7.074, de 02 de janeiro de 1.979, exerciam os cargos de Advogado, nível 27, cujos nomes não figuraram no Decreto nº 1.205, de 20 de setembro de 1.979, serão aposentados com os direitos e vantagens de Procurador de 1ª classe.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1981

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Há, atualmente, na carreira de Procuradores do Estado, criada pela Lei nº 7.074, de 02 de janeiro de 1.979, cerca de quatro ou cinco advogados de 2ª classe, com mais de quarenta anos de serviço público estadual. Advogado de 2ª classe é o início de carreira de Procurador do Estado. Equivale a afirmar: tais Advogados, depois de quarenta longos anos de serviços prestados ao Estado, encontram-se numa posição, como se tivessem ingressado ontem, no serviço público!

É entristecedor constar que esses advogados, antes da vigência do diploma legal criador da carreira de Procuradores, exerciam os cargos de Advogados nível 27 — o mais alto símbolo da carreira — e não obstante a alta hierarquia então ocupada, ficaram preteridos por colegas mais jovens e de menor hierarquia.

Há menos de dois anos atrás, antes do Decreto nº 1.205, de 20 de janeiro de 1.979, que homologou a relação dos atuais integrantes da carreira de Procuradores, todos os Advogados da Procuradoria Geral do Estado pertenciam aos níveis 26 e 27. Hoje, graças a falta de um critério estritamente legal e jurídico, no qual não se fez a mínima análise às respectivas posições hierárquicas e de antiguidade no serviço público de cada um deles, estes mesmos Advogados estão posicionados em níveis e hierarquias não condizentes com a situação anterior correspondente. Pouquíssimos estão justamente posicionados.

Não é justo, pois, que atuais Advogados de 2ª classe - início de carreira de Procuradores do Estado - com mais de quarenta anos de serviço público estadual e já no outono da vida, aguardem mais dez ou quinze anos de serviço público estadual para, só então, galgarem uma posição que já deveriam estar usufruindo!

Destarte, o projeto de lei ora apresentado visa tão somente corrigir uma distorção praticada contra velhos Advogados do Estado. Por certo, será acatado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, pois “a injustiça, por mínima que seja, me fere profundamente”, no dizer do grande RUY BARBOSA.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, encaminho ofício a esta Mesa, solicitando que sejam alertados os Srs. Governador do Estado, Secretário da Cultura e Esporte e Superintendente do Teatro Guaíra, contra irregularidades que vêm sendo praticadas dentro do Pequeno Auditório do Teatro Guaíra, o chamado auditório “Salvador de Ferrante”.

Nós, na justificativa, esclarecemos os fatos, e por isso, então, eu apenas passo a ler aqui a justificativa, para que os demais companheiros possam entender o nosso posicionamento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofícios aos Senhor Governador do Estado, bem como aos Srs. Secretário da Cultura e Esportes e Superintendente do Teatro Guaíra, alertando sobre irregularidades ocorridas no pequeno auditório do Teatro Guaíra e solicitando apuração de responsabilidades.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1.981.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Procurando melhorar as condições de trabalho do artista paranaense, bem como dotar o nosso teatro de um gabarito maior, foi criado há muitos anos o sistema CICLORAMA no auditório “Salvador de Ferrante”, no Teatro Guaíra.

Trata-se de uma técnica especial, considerada a mais moderna, beneficiando os efeitos de som e luzes, resultando numa perfeita acústica. O CICLORAMA do “Guairinha” foi feito em madeira, gerando inclusive efeitos especiais para peças infantis, provocando nuvens, chuvas, raios, etc. É claro que também para peças adultas os efeitos de luzes e vozes são beneficiados. O próprio Teatro Municipal do Rio de Janeiro possui o mesmo sistema CICLORAMA (só que naquele teatro é armado em alumínio). A presença desta técnica numa casa de espetáculos é importante em todos os sentidos, beneficiando também aos corais, pois provoca excelente distribuição de vozes.

Pois bem, simplesmente DESTRUÍRAM o sistema CICLORAMA do auditório “Salvador de Ferrante”. Ninguém sabe porque e também ninguém explicou as razões deste ato contra o patrimônio artístico paranaense. Um verdadeiro desrespeito à nossa cultura. Cortando o sistema estão cortando as condições de nosso próprio teatro paranaense. Por isso pedimos providências urgentes no sentido de saber as razões e apurar responsabilidades, punindo os culpados e pedindo a reposição do sistema, de preferência nos moldes que existe no Rio de Janeiro”.

Ainda ontem, eu falava aqui sobre o patrimônio histórico, com a destruição de um acervo, de mais de 300 latas de filmes, que contam a história do nosso Paraná.

E, agora, mais uma vez, levantamos a questão que é gravíssima, e que vem afetando diretamente a nossa classe artística, revoltando não só aos artistas, os atores, como também aos diretores e produtores teatrais.

Aqui no Teatro Guaíra, foi investido um dinheiro muito grande para a aquisição e construção do sistema CICLORAMA, que agora vem sendo delapidado, vem sendo arrebatado todo esse sistema, com uma destruição totalmente injustificável.

Nós queremos, então, que, com este nosso pronunciamento, e com este requerimento, que, tenho certeza, será apoiado pelos demais companheiros, o Governador do Estado, Secretário da Cultura e Esporte, e o Superintendente do Teatro Guaíra, fiquem alertados para o problema, tomem conhecimento desse fato, e tomem providências enérgicas, procurando salvaguardar o Teatro Guaíra.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acompanhamos, de longe, a divulgação da remessa da Mensagem do Governador do Estado a este Poder, relativamente ao abono que se pretende conceder ao funcionário público.

Sou forçado, preliminarmente, a agradecer o Governo a remessa da Mensagem ao apelo que fizemos ainda no mês de maio. Porque, o funcionalismo público do Estado não suporta mais o peso da inflação e do custo de vida. Os seus vencimentos, os seus ganhos mensais estão sendo triturados pelo regime vigente, pelo descontrole da nossa moeda e pela falta de capacidade de reorientar a economia do País, por parte dos governantes.

Entretanto, ao verificar preliminarmente, a forma, a modalidade que o Governo vem engendrando para conceder o abono diversificado, de quarenta e três por cento a quem ganha até Cr\$ 12.000,00, de rendimento básico, e trinta por cento a quem percebe entre Cr\$ 12.000,00 e Cr\$... 18.000,00 básicos mensais.

Não tivemos ainda oportunidade de laborar um pronunciamento global sobre o envio dessa Mensagem. Mas, temos severas críticas, como sempre, a fazer ao Governo. E vejo, numa leitura rápida dessa Mensagem, que, novamente o funcionário de menor rendimento vai ser esmagado pela filosofia empreendida pelo Governo do Estado.

Quer me parecer, Sr. Presidente, que o Governo só se preocupa, ou se preocupa principalmente, com aqueles escalões próximos das gestões que circundam o poder, ou aqueles que têm poderes delegados.

Não é possível que cerca de trinta, quarenta mil funcionários públicos, a partir do mês de novembro, vá ter incorporado o abono, devido a elevação do salário mínimo. Ora, Sr. Presidente, isso seria negar o princípio da isonomia de direito, se postergássemos o juízo a respeito da Mensagem com relação a esta particularidade.

Não teríamos autenticidade de reclamar, de prever, de instituir os direitos sagrados desta classe esmagada que são os que têm rendimentos menores em toda a administração pública, o funcionário que ganha em torno do salário mínimo.

Outro segmento do funcionalismo do Estado, os professores que, desde o mês de maio, haveriam de estar percebendo dois salários mínimos de teto básico, e o Governo, a despeito das reclamações constantes desses professores, desatende a classe, desune o magistério, posterga medidas e deixa toda a classe à mercê do seu próprio destino.

Voltarei, Sr. Presidente, apresentando emendas, emendas que pretendem corrigir erros dentro do princípio deste retalho que se convencionou chamar Constituição, mas dentro desse primado de justiça, sem se distanciar do princípio da legalidade e da legitimidade constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra

ao Sr. Deputado Antônio Cotrim, inscrito.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Numa sociedade democrática ou que se proponha seja democratizada, nada mais importante do que a liberdade de imprensa.

Liberdade para aquela imprensa que propugna por informar os fatos, sejam eles acertados ou desacertados, mas informar com isenção. Informar e formar a opinião pública a respeito de assuntos de interesse da comunidade, do Estado e da Nação.

A liberdade de imprensa implica na recíproca responsabilidade, sem licenciosidade, sem direito a distorcer os fatos e inventar verdades com intenções obscuras.

É assim que entendemos o papel da imprensa e, é assim que enxergamos a situação do jornal "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", editado na Cidade de Maringá, o que no dia 29 do mês de junho próximo passado, completou o seu 7.º aniversário de fundação.

Por isso, fazemos desta tribuna uma saudação e enviamos aos seus Diretores, Bel. Franklin Vieira da Silva e Rosey Rachel da Silva, os nossos cumprimentos, parabenizando-os pela dinâmica e responsável conduta.

"O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", foi fundado em 29 de junho de 1974 e, circula diariamente de terça a domingo, abrangendo, com suas notícias, uma vasta e rica região do Norte do Paraná, compreendida por mais de sessenta municípios.

É o órgão oficial de trinta e oito municípios da região e tem sua circulação diária em todos os órgãos do Governo do Estado do Paraná, além de ter penetração nas Capitais: Campo Grande, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, onde é encontrado e lido.

Sua atual tiragem é de 28.000 exemplares e somente na Cidade de Maringá, onde tem sua sede, são distribuídos 12.000 jornais diários, equivalendo a um público leitor de aproximadamente 36.000 pessoas.

Por ocasião do seu sétimo aniversário, "O DIÁRIO" inaugurou o sistema de Rádio-Telefoto, sendo o primeiro jornal de Maringá a contar com esse sofisticado equipamento, sendo o quarto no Estado, e o 31.º no Brasil. No Paraná, somente dois jornais de Curitiba e um de Londrina, possuem equipamentos desse porte.

Além das notícias locais e regionais, captadas pelos seus repórteres e colaboradores, "O DIÁRIO" recebe notícias nacionais e internacionais através das agências noticiosas: Associated Press, Sport Press, Empresa Brasileira de Notícias, ADIRP, Agência Globo, etc., competindo com qualquer grande jornal do País em matéria de notícias atualizadas.

Tão grande crescimento e consolidada expansão desse órgão de imprensa do interior só foi possível através da atuação equilibrada e responsável de seus Diretores, e de seu gabaritado corpo de redatores e colaboradores, que tratam os assuntos com imparcialidade e embuídos sobretudo do propósito de fazer um jornalismo sério e consciente, de quem deve atuar na comunidade com a firme disposição de ajudarem na construção de uma sociedade livre, justa, progressista e humana.

O recíproco prestígio entre "O DIÁRIO" e as empresas comerciais e industriais, os profissionais liberais, as entidades classistas, os desportistas bem como toda a sociedade da região é a prova de que em Maringá existe jornalismo sério, objetivo e isento de interesses imediatistas.

Na área política "O DIÁRIO" está tendo uma inestimável e louvável atuação ao promover uma prévia eleitoral através de cédulas embutidas no jornal, que destacadas são depositadas em uma urna, onde semanalmente é feita uma

apuração dos resultados e publicados, oferecendo aos políticos locais e aos eleitores uma visão antecipada do que será a tendência do eleitorado nas eleições de 1982.

Justifica-se, portanto, destacar e cumprimentar os diretores, os redatores e todos aqueles que de uma forma ou de outra colaboram com o jornal "O DIÁRIO", para que continuem acreditando que somente através de uma atuação consciente é que poderemos ter uma imprensa com liberdade, princípio básico da democracia que almejamos se consolide neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A insatisfação do Pessoal da Polícia Militar do Paraná, é geral. Muitos soldados lotados na região Norte do Estado, principalmente em Londrina, procuraram-nos neste recesso, reclamando dos vencimentos que, segundo eles, é muito baixo.

O salário da Polícia Militar mal dá para as mais elementares despesas de um lar e, principalmente os soldados, quando recebem o contra-cheque, ao invés de ficarem contentes, chegam a ter crises nervosas - soubemos de casos em Londrina, em que uns tiveram de ser internados em hospitais de recuperação.

Uma outra reclamação:—

No último pagamento veio um desconto de Cr\$ 86,00, com o código 7NA, sem nenhuma especificação e, há quem diga que - e esta não é uma afirmação deste Deputado porque eu não seria leviano a tal ponto, mas, se comenta - que, esse desconto é para a "caixinha" do Partido do Governo, visando as eleições de 82. Aliás, essa prática é comum entre o funcionalismo público e órgãos ligados ao Governo, principalmente o Banco do Estado do Paraná, onde volta e meia os funcionários têm descontos de folha que eles não sabem realmente para quê.

Faço daqui um alerta ao Governador Ney Braga pois não será surpresa para este Deputado, se a Polícia Militar do Estado iniciar brevemente, um movimento de greve a exemplo da Bahia e Rio de Janeiro, reivindicando melhores salários. Um soldado, dependendo do tempo de serviço, ganha entre Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 15.000,00 mensais. Convenhamos que tais salários acabam levando à corrupção, no desespero pela sobrevivência. Já é hora de o nosso Governo parar um pouco de pensar nos esquemas para ganhar as eleições de 82 e olhar para essas camadas da sociedade que estão enfrentando o diabo para sobreviver.

Antes que a Polícia Militar cruze os braços num movimento reivindicatório, ainda há tempo para o Governo do Estado estudar a situação e vir a público esclarecer o porquê dos baixíssimos vencimentos desse pessoal, além de esclarecer o desconto dos Cr\$ 86,00, cujo código 7-NA não consta nenhuma especificação.

Estamos alertando o Secretário da Segurança, o Sr. Governador do Estado, o Secretário dos Recursos Humanos, porque alguns soldados da Polícia Militar chegaram a afirmar que esse desconto sem especificação, era para uma tal de "caixinha" do Partido do Governo. Então seria interessante que o Governo do Estado viesse a público esclarecer esse desconto de Cr\$ 86,00 no último pagamento. É o que o pessoal da Polícia Militar espera, Sr. Presidente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero apresentar a esta Casa, um requerimento solicitando um voto de congratulações, expediente a que sou avesso, porque não gosto de requerer congratulações, entretanto, este é pela passagem do 127º aniversário da Polícia Militar do Estado, e a Polícia Militar do Estado é uma Corporação que se cobriu de glórias ao longo dos 127 anos de existência, comemorados atualmente, pela Semana da Polícia.

Ninguém poderá exagerar nos elogios que endereço à Polícia Militar do Estado, porquanto o acervo dos serviços prestados à coletividade e a forma impecável como são executados, ultrapassam o significado dos adjetivos.

É uma tropa constituída de homens vocacionados para servir, embora com altivez, desde o menos graduado, até o seu ilustre Comandante que opera como um só Corpo animado pelo espírito cívico e patriótico.

Os seus diversos escalonamentos - segurança repressiva e preventiva - policiamento de trânsito, policiamento florestal, portuário, rodoviário, feminino e o Corpo de Bombeiros nas missões contra incêndios e salvamentos e outros tantos que não indico expressamente para não alongar demais essa referência, todos eles conquistaram a simpatia e o carinho da população paranaense e este, a meu ver, é o melhor galardão da Polícia Militar do Estado, o reconhecimento popular, porque a este ninguém ilude, ninguém engana. Só o conquista, quem realmente conquista a alma do povo.

Como representante de uma parcela do povo do Paraná na Assembléia Legislativa do Estado, sou um dos entusiastas da Polícia Militar do Estado, porque não só interpreto no Parlamento os interesses da comunidade, mas procuro também traduzir os seus sentimentos.

Por isso, Sr. Presidente, é que encaminho à Mesa esse voto de congratulações à Polícia Militar do Estado, pelo seu aniversário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, assistimos ontem a entrevista à imprensa do Ministro Delfim Neto, onde aquele Ministro afirmou à Nação que nada existe de definido sobre o aumento de dois por cento das contribuições de trabalhadores em empresas, para a Previdência Social e sendo esta, apenas uma das alternativas a ser levada ao Presidente da República, para sanar as finanças do sistema. Cujo "déficit", está em Cr\$ 138.000.000.000,00.

Ora, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, estando a decisão nas mãos do Presidente, fica valorizada ainda mais a posição da Bancada do PDS nesta Casa, que pela unanimidade de seus membros e através do Vice-Líder Luiz Gabriel Sampaio, apelou ao Chefe da Nação e ao Congresso, para que seja sustada qualquer alteração legal, tendente a majorar contribuições previdenciárias ou reduzir benefícios já conquistados pela classe trabalhadora; qual seja, a aposentadoria aos 35 anos de serviço.

Entendeu, assim, a Bancada do PDS, pois, a Previdência Social exige soluções corajosas, que não podem ser decisões tomadas sem que os grandes interessados, no caso, por que não integrantes da Bancada do PDS sejam ouvidos? E, quando falei aqui, Sr. Presidente, que estava certa a Bancada do PDS, é porque nós admitimos ser esta uma Nação sustentada pela sua força de trabalho e que ao Chefe da Nação compete representar, primordialmente, a vontade de quantos contribuem para o nosso desenvolvimento. Então, não poderia ser outra a manifestação da Bancada do PDS, contra essa alteração que, pela simples cogitação, já recebe da opinião responsável do País a qualificação de inoportuna, simplista, antipática, sobretudo injusta para o trabalhador.

Disse mais o Ministro do Planejamento Delfim Neto:—"que é pensamento do Governo, enxugar as despesas admi-

nistrativas da Previdência, antes de cogitar qualquer alteração que implique, na revisão da sistemática até agora vigente. Mas, que de qualquer maneira, o "déficit" deve ser coberto por recursos não monetários, ou seja, com emissão de moeda. Porque, a meta mais prioritária é conter o meio circulante, em conseqüência, conter a inflação".

Ora, daí o posicionamento do Deputado Luiz Gabriel Sampaio em nome da Bancada do PDS, porque a evidência grita. A Previdência brasileira não consegue bitolar suas despesas pela sua receita, ou seja, não consegue disciplinar seus gastos, nem cobrar seus atrasados inclusive do próprio Governo. Todos nós sabemos que o maior devedor da Previdência é o setor público e, depois dele, quem? As pessoas jurídicas, que retêm suas contribuições o máximo possível, quer para reforçar o seu capital de giro, quer para fazer e, isto mais criminoso ainda, aplicações no mercado financeiro.

Então, o único contribuinte que paga em dia é o trabalhador, descontado em folha e financiando essas retenções, umas injustas e outras especulativas. São inúmeros os exemplos com repercussão e escândalo, como a compra de hospitais inservíveis, fraude na concessão de benefícios, omissão na execução de empresas devedoras ou, o simples retardamento de medidas judiciais com favorecimento dos devedores.

Num quadro assim, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, revolta a pretensão de reforçar o orçamento de quem gasta mal e cobra pior.

O Sr. Valduga — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

É muito oportuna a exposição segura e brilhante do nobre Líder, no sentido de que se reveja o funcionamento da máquina administrativa antes, e sem um cálculo melhor, de se onerar mais ainda o trabalhador e também o empresário.

Não se pode, em uma posição arbitrária, tentar recompor uma situação mal posta, mal colocada, como é o sistema da Previdência. Especialmente se sabe que é o sistema de arrecadação que está errado, a forma de arrecadar; a flexibilidade na arrecadação é que cria a situação em que se encontra.

Eu, com prazer, quero anunciar que nestes dias, há questão de uma semana, o PDS de toda a micro-região de Londrina, aprovou moção, no sentido de que se desse um voto de repúdio a esta tentativa de aumento. E fico muito feliz porque todo o nosso partido está se posicionando no sentido da defesa do interesse dos trabalhadores e dos empresários.

É uma posição política, da qual eu muito me orgulho em participar.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que agradeço a Vossa Excelência. E torno a repetir que num quadro assim revolta a pretensão de reforçar o orçamento de quem gasta mal e cobra pior,

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Erondy Silvério, na sessão de ontem, nós já ouvimos pronunciamentos lúcidos de companheiros nossos de bancada, aos quais nos solidarizamos integralmente. E quero me manifestar hoje e peço permissão para fazê-lo neste modesto aparte, inserido no pronunciamento de vossa Excelência porque entendo que é muito oportuno o que diz Vossa Excelência da tribuna. Porque entendo também que ao invés de o Governo Federal, pela mão mágica da tecnocracia, tentar onerar os empresários e os trabalhado-

res, deveriam ser alcançadas as soluções que alcançassem as raízes dos problemas, que alcançassem as fraudes do sistema previdenciário deste País, para que este sistema previdenciário não seja onerado como está sendo, inclusive pela falta de seriedade de muitos setores que o compõem.

Mas gostaria também, Deputado Erondy Silvério, de mencionar que aumentar a alíquota de oito para dez por cento, para as duas partes, ou seja, para o empresário e para o trabalhador, significa a meu ver, onerar exclusivamente uma dessas duas partes. Porque o empresário vai repassar estes dois por cento para o custo final do serviço ou do seu produto. Enquanto que o trabalhador vai ser subtraído no seu salário, em dois por cento.

Por isso, eu creio que com o peso da liderança que Vossa Excelência exerce nesta Casa, em nome da bancada que dá sustentação ao Governo do Paraná, Vossa Excelência faz muito bem em assumir esta postura e conta com o nosso apoio; e nós esperamos que nacionalmente haja um repúdio a esta simplista solução alcançada pelo Ministro Delfim Neto; que é um homem que não precisa do voto popular, é um homem que não pode prescindir do apoio popular, não só para ser um Ministro forte, mas como também para dar respaldo e credibilidade ao Governo do Presidente João Figueiredo.

E gostaria de mencionar, para concluir também, a observação do vice-Presidente Aureliano Chaves, quando afirmou que este é um assunto que precisa ser debatido exaustivamente; e que não pode ser decidido entre quatro paredes, a poucas mãos, a poucas cabeças e às vezes sem nenhuma sensibilidade.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado. Vossa Excelência diz uma grande verdade que o que causa revolta é exatamente forçar o orçamento da previdência, em prejuízo do único contribuinte pontual que é o assalariado, que é o trabalhador, que teria reduzido o seu poder aquisitivo, contribuindo com Cr\$ 1,00 em cada 10 que ganhasse.

E o que é pior, nobres Deputados, teria implantado a insegurança no emprego, porque às empresas interessaria mais a rotatividade da mão-de-obra, para fugir dos aumentos semestrais, e, conseqüentemente, de maiores contribuições à Previdência.

Portanto, é uma solução simplista que nós não podemos aceitar, nenhum brasileiro consciente deve aceitar. E teria talvez, ainda, reduzido o campo de trabalho, porque estaria estimulada a auto-motivação e a sofisticação industrial, o que não interessa no momento social brasileiro, sedento de empregos, principalmente os jovens que ingressam no mercado de trabalho.

Agora, o que nós não podemos aceitar, nós, membros da Bancada do PDS, é que manifestado o nosso protesto contra a alteração proposta, alguns Senhores Deputados da Oposição nesta Casa, se insurjam contra nossa bancada, até com gestos que nós não podemos aceitar, como um Deputado que disse, ontem, aqui, o nobre Deputado Nestor Baptista, - que muito respeitosamente perguntou "qual a mágica do vice-Líder da Bancada do PDS, em estar no Governo e criticar o Governo; o nobre Deputado Nilso Sguarezi, nos acusou frontalmente, de que para conquistar o voto do povo, nós criticamos a tecnocracia, e, tão logo eleitos, nós apoiamos os tecnocratas deste País.

Outro Deputado, o nobre Deputado Dácio Leonel, que também respeito muito, dizendo que a Bancada do PDS vivia a protesto, que protesto de nada vale, são palavras que nada valem, "protestam, mas votam favoravelmente".

Ora, o assunto não pode ser tratado num clima emocional. Nós sabemos que cada cidadão, por lei, é obrigado a se registrar num Partido, se quiser ingressar na vida política.

Nós escolhemos o PDS. Nós apoiamos as medidas boas do Governo, mas nós temos o direito de discordar daquelas que realmente trazem prejuízo à coletividade.

E, aqui, na Assembléia Legislativa do Paraná, nós apoiamos um Governo decente, que nunca propôs a esta Casa uma única medida que viesse em desfavor do povo do Paraná. Nunca! A este nós damos o nosso apoio.

Mas, pelo simples fato de pertencermos ao PDS, não somos obrigados a apoiar incondicionalmente o Governo Federal quando ele está errado.

Por isso, não podemos aceitar. Não podemos aceitar, e, inclusive, me surpreendeu muito, o nobre Deputado Adalberto Daros, que estimo, que prezo, que é o representante isolado do PTB, o glorioso PTB de Getúlio Vargas, nesta Casa, dizer que a posição do nobre Deputado Gabriel Sampaio era uma autêntica palhaçada!

Mas, como! Se lutar pelo povo, se defender o povo é ser palhaço, eu não entendo mais nada.

Agora, não podemos aceitar essa postura de alguns Deputados, como se fosse privilégio, a inteligência, a sensibilidade e a capacidade de protestar; ou fosse feita por siglas a divisão do bom senso nacional.

Será privilégio da Oposição o bom senso? Quando falo em Oposição, são os Deputados que se manifestaram ontem, de forma contundente, contra o direito de um parlamentar, representante de parcela do povo, de vir aqui, na tribuna livre, externar o seu ponto de vista, o seu pensamento...

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei o aparte a Vossa Excelência.

Acho que alguns Deputado da Oposição, eles não podem ser privilegiados pela estrela de "xerife" no peito, na defesa do trabalhador brasileiro.

Acho que isso compete a todos os homens públicos, representantes de segmentos do povo do Paraná, aqui, no caso, a Assembléia Legislativa.

E vimos também, - já darei aparte a Vossa Excelência - que a manifestação do Paraná não foi isolada, a manifestação do nobre Deputado Gabriel Sampaio, em nome da Bancada do PDS, não foi isolada, mas em todo o País levantaram-se protestos do PDS contra a infeliz idéia.

E podem ter certeza, Srs. Deputados da Oposição, que são estas manifestações, conseqüentes e abalizadas, e não o coro constante da Oposição, contra tudo e contra todos, que hão de sensibilizar o Chefe da Nação para a inoportunidade da pretendida majoração. E há de contribuir também para que, do debate suscitado, surjam soluções para males arraigados do sistema previdenciário brasileiro.

Isto que se espera dos homens públicos desta terra, é que levem contribuições. Não adianta vituperar contra tudo e contra todos. E saibam os nobres Deputados da Oposição que se levado ao Congresso Nacional a proposta de aumento das contribuições previdenciárias, será o PDS, majoritário, quem dará uma frente para a derrubada do projeto. Porque, a nossa Bancada, no Congresso Nacional, será empurrada pelas bancadas estaduais. Porque, as bancadas estaduais têm a mesma sensibilidade dos Srs. Deputados da Oposição, para esses problemas. A nós dói, da mesma maneira, que dói aos Srs., esse desfavor que se faz em torno do povo brasileiro. Compor com o partido que participa do Governo não é aceitar todas as propostas originárias do Executivo. Pelo contrário, é opor-se àquelas consideradas inoportunas, é exatamente oferecer contribuição para que o Executivo não incorra em equívocos.

E vista a reação do PDS contra a proposição, temos

absoluta certeza que o Chefe da Nação não se deixará aliciar por essa idéia. E nos sentimos realizados por cumprirmos o nosso papel, numa manifestação oportuna. É o único papel que cabe, nesta circunstância, à Bancada do PDS, nessa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. É exatamente a manifestação oportuna, mas serena e sincera, para que o Presidente da República saiba que o povo brasileiro não aceita de bom grado essas medidas.

Agir assim não é um direito do PDS, nesta Casa, é obrigação. Por isso, não aceitamos aquelas manifestações descortezes, com que alguns Srs. Deputados brincaram, ontem, o nobre Deputado Gabriel Sampaio, que, com elegância, serenidade, bom senso, soube posicionar o pensamento de nossa Bancada com relação a essa pretendida majoração da Previdência Social.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy Silvério, quero, nesta oportunidade, dizer que estou bem lembrado que já a Bancada que Vossa Excelência lidera, em certa oportunidade, apresentou e fez aprovar um requerimento de repúdio ao Ministro Delfim Neto, requerimento que se tornou polêmico. É por isso que diz-se que posso testemunhar que a Bancada do PDS tem tomado posições contra a vontade de alguns governantes.

E Vossa Excelência disse muito bem que ser contra projeto do Governo não é e não pode ser privilégio da Oposição, apenas.

Mas, gostaria que Vossa Excelência me permitisse lembrar que ouvi, ainda há pouco, em minha região. Lá me contaram uma estória de caçada de tigre. Dizem que o cachorro tigreiro que não é bom acaba se iludindo, fica contra a catinga, enquanto o tigre vai embora. E muitas vezes, dá a volta por trás e ainda mata o caçador e os cachorros, e que parecia a alguns companheiros meus, que, muitas vezes o Partido do Governo se comportava assim, que, ao invés de acuar o tigre, ficava acuando a catinga, e que, o que nos diferenciaria - eu até disse que talvez não, que nós também muitas vezes erramos o objetivo e ficamos acuando a catinga e não o tigre - mas que, o que diferenciaria nós da Oposição, daqueles homens da Situação que criticam projetos oriundos do Governo como esse caso da Previdência Social, é que, nós, sempre acuávamos o tigre. Repito: não concordei, porque, confesso, muitas vezes temos acuado errado. Com o testemunho de que a sua Bancada, nobre Deputado, inclusive já aqui aprovou um Voto de Repúdio ao Sr. Delfim Neto e portanto tem sido independente, eu quero dizer a Vossa Excelência que, acho que chegou o momento de todos nós inclusive nós da Oposição, deixarmos de acuar a catinga.

O Sr. Delfim Neto, para mim, o Sr. Jair Soares, para mim, são a catinga do tigre e nós ficamos acuando essa catinga e não acuamos o tigre verdadeiro que é, o Sr. João Baptista Figueiredo, como Presidente, não como pessoa; acho que é chegado o momento de, os Senhores do Governo e nós da Oposição, acuarmos diretamente o tigre, porque, até fica muito mal para a pessoa do Sr. João Baptista Figueiredo, para o cidadão João Baptista Figueiredo, Presidente deste País, nós desviarmos as nossas críticas, para os seus Ministros, como se ele fosse um ilustre ausente. Ou ele peca por omissão porque vive viajando e não sabe das coisas do Brasil, talvez seja isto, ou, ele peca porque é conveniente, mas, ele é quem representa. Acho que está no momento de nos darmos as mãos e, repito, fiz testemunho de que Vossas Excelências já aprovaram moções contra projetos governamentais, de nos darmos as mãos, para mostrarmos ao Sr. Presidente da República, que, ele precisa assumir! Se o Sr. Delfim Neto não serve, se o sistema que está aí não serve, que se exonere esses homens, agora, ele, ficar acobertado e nos dar a catinga para

nós e para os Senhores ficarmos acuando, nos levará, todos nós, no mesmo barco, para o descrédito maior ainda do que já está o político brasileiro. Hoje, até no interior já muita gente diz: o culpado das coisas do Brasil é o Sr. Delfim Neto. Acho que, o culpado, o tigre, neste País — pode ser um tigre mam-bembe — mas, o tigre neste País chama-se João Baptista Figueiredo e é contra ele que eu acho que o Parlamento brasileiro, sejam homens do PDS, sejam homens do PMDB ou dos outros partidos, devem se levantar. Há que se mudar o sistema! Nós temos, meu nobre Líder do PDS, sugestões, apresentadas pelo Senador Saturnino Braga, no sentido de que se onere as empresas pelo seu capital, para tirar a Previdência Social do buraco em que está, porque, o que não é justo, é que as pequenas empresas é que estão entrando em falência, principalmente as da Construção Civil, que, essas pequenas empresas sejam oneradas e, transferindo para o consumidor, os custos da Previdência Social, enquanto que as grandes empresas com alta tecnologia, com poucos funcionários, sejam desoneradas. A nossa proposição tem sido constantemente esta, que, para sair do buraco em que está a Previdência, que se onerem as empresas, pelo seu faturamento, e não, pelo número dos seus empregados.

Agradeço o aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu que agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Quero dizer que estou de acordo com Vossa Excelência, veja Vossa Excelência que, em nenhum momento eu me referi ao Ministro da Previdência, hoje, no meu pronunciamento. Acho que foi muito sabido e esperto, o Ministro Delfim Neto, que disse que os dados estão jogados à mesa do Presidente e que a ele cabe a palavra final! Então veja Vossa Excelência, que, o apelo que a nossa Bancada fez foi ao Presidente Figueiredo, porque ele, em última instância, é o único responsável se se consumir mais este assalto contra o bolso do assalariado brasileiro. E agora que Vossa Excelência tocou em nome de Jair Soares, eu só critico o Ministro exatamente dentro da tese defendida por Vossa Excelência, quando Vossa Excelência diz que o Senador do PMDB Saturnino Braga apresentou uma sugestão de que o déficit da Previdência podia ser amenizado em parte por uma tributação relativamente mais forte contra as empresas sofisticadas, de alta tecnologia, que empregam pouca mão-de-obra e que tem um grande faturamento, neste caso, mais uma vez voltam à baila as multinacionais, que são realmente as companhias que se enquadram dentro desse pensamento do Senador do PMDB.

Mas aí é que veio a saída simplista do Ministro Jair Soares, dizendo que se estudou essa sugestão, que ela era em parte aproveitável, mas que esbarrava num grande óbice, porque aumentaria da mesma forma as contribuições das empresas estatais, porque a política salarial que obriga as empresas estatais a revisarem os salários semestralmente, teriam as suas folhas oneradas de uma forma insuportável e que essas companhias eram fornecedoras de bens públicos e que por conseguinte, qualquer majoração na sua despesa, viria refletir diretamente no custo das tarifas dos serviços públicos fornecidos por essas estatais.

Aí é que eu acho que foi o grande pecado não só do Ministro Jair Soares, mas como também do próprio Governo. Quando o Governo mandou mensagem propondo uma nova lei salarial para o País, devia ter estudado esse problema, não agora a pretexto de não se onerar as empresas estatais, se onerar o resto do povo brasileiro, e resguardando dessa forma as multinacionais que são as únicas empresas que realmente dispõem de uma alta tecnologia, que não precisam da mão-de-obra, que têm as suas folhas de contribuição, diminutas, perante as indústrias nacionais. Aí é que pecou o Ministro, e é aí que realmente ele merece ser afastado, porque não tem condições de gerir a Previdência Social, porque essa solução simplista de dar mais a quem não sabe administrar o bem público, não deve ser aceita

pelos homens de bom senso neste País. É contra isso que se insurgiu a Bancada do PDS, que tem como obrigação dar cobertura a um Governo honesto, que é o Governo do Estado, cujas mensagens, cujo plano de Governo, nós estamos dispostos a discutir e a debater a qualquer instante, porque sabemos que o Chefe do Executivo paranaense, a quem nós apoiamos e com quem nós votamos sempre favoravelmente, ele só manda para esta Casa mensagens, o seu plano de Governo corresponde às expectativas e aos anseios da comunidade paranaense.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No horário reservado ao PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O “Jornal do Brasil”, no último dia 19 de julho, publicou um artigo assinado pelo Secretário de Desenvolvimento dos Municípios do Paraná, engenheiro Saul Raiz, no qual é traçado o perfil da atenção e do atendimento que o Governo Ney Braga dá aos municípios do nosso Estado.

Entre a publicação deste artigo e o dia de hoje, este Parlamentar teve a oportunidade de conversar com políticos de outros Estados, inclusive residentes em Brasília e pude colher uma média de opinião, acerca das colocações feitas pelo Secretário Saul Raiz, interpretando o pensamento do Governador Ney Braga a respeito desta matéria.

E, eu não tenho dúvida, de que se a nível de Paraná, se aqui internamente, nós já sabíamos que a política municipalista posta em prática pelo Governo do Estado, pelo Secretário Saul Raiz, que é uma política fundamentalmente voltada para as pequenas e médias cidades, propõe novas conceituações. Hoje, no Brasil, já se tem consciência de que é necessário realmente adotar, uma postura diferente da que ocorre, hoje, em todo nosso País. Pela simples razão, de sabermos que o sistema tributário nacional, é um instrumento que asfixia o municipalismo brasileiro, e que este sistema tributário nacional pressupõe uma asfixia paralela e que não é só grave do ponto de vista constitucional e institucional mas, como também, do ponto de vista prático, que é a asfixia imposta ao princípio federativo que está consagrado na Constituição Brasileira.

E, os conceitos que foram apresentados nesse artigo publicado pelo “Jornal do Brasil”, e que significam uma alavanca de apoio a todas as correntes políticas nacionais que postulam uma alteração no tratamento aos municípios, esses conceitos, cuja origem está aqui no Paraná, no pioneirismo da iniciativa do Governador ao criar uma Secretaria Especial para atender aos municípios, esses municípios, eu tenho certeza, vão obter uma propagação tão forte em nosso País, que não demorará muito, e nós teremos a multiplicação da iniciativa do Paraná em outros Estados.

E vale aqui destacar, que essa Secretaria nos moldes em que foi implantada e nos moldes em que está funcionando, não é uma Secretaria que tenha a finalidade de atuar burocraticamente. Ainda há pouco nós ouvimos, uma condenação aos tecnocratas, a condenação aos tecnocratas, pressupõe a condenação à burocracia, que é o grande entrave para as soluções mais ágeis de problemas mais imediatos. E a Secretaria dos Municípios vem atendendo política e administrativamente, especialmente, aos prefeitos e às lideranças municipais.

Vê-se, portanto, que o Secretário Saul Raiz não está preocupado só em liberar recursos não, como alguns já quiseram dizer, não está preocupado em passar a mão nos cheques da Secretaria do Governo do Paraná, e ir aos municípios entregar dinheiro. Pelo contrário, o Secretário Saul Raiz está preocupado, isto sim, em atender aos municípios pelas necessidades de base ouvindo os seus prefeitos, ouvindo os seus vereadores,

sentindo as necessidades das suas comunidades, permitindo a construção de obras que sejam úteis para aqueles que vivem os problemas do próprio município e não, viabilizando a construção de obras, muitas vezes esboçadas, concebidas, que tem a sua germinação inicial, nos laboratórios burocráticos do Governo.

Observa-se portanto, que a preocupação é simplificar a atuação administrativa. E, atrás desta simplicidade administrativa, existe o forte conteúdo político de atender com absoluta prioridade, as questões que são postas pelos prefeitos e pelos vereadores. E, se consegue também detectar, de como o administrador Saul teve a sensibilidade de perceber e, como político, a coragem de propor uma verdadeira inversão no processo tradicional.

Hoje, o Governo leva assistência às pequenas e médias comunidades, ao invés de continuar obrigando-as a percorrer a burocracia inútil, ou a recorrer a uma sofisticada técnica, que de resto, como afirmou nesse artigo que o "Jornal do Brasil" publicou. Ainda deve ao País a explicação para um sem número de fracassos de viabilidades cientificamente comprovadas no papel, mas que na verdade não tem uma execução natural e uma execução lógica.

Da mesma forma, essa Secretaria começa a negar na prática, o argumento segundo o qual, as grandes cidades seriam uma necessidade, da própria estrutura econômica vigente.

Concordamos com o Secretário Saul Raiz, quando propõe em primeiro lugar, o aproveitamento do mercado das cidades médias, que oferecem as mesmas vantagens das economias de metrópoles, por contarem com consumidores e mão-de-obra a nível médio.

E concordamos também que deve ser aproveitada a infra-estrutura de comunicação e transporte que, por permitir o escoamento da produção e ligação com os centros fornecedores, de matéria-prima, pode atrair novos investidores.

Dentro desta ótica, minimizaremos a grave crise do mercado de trabalho das grandes cidades; situação que desemboca automaticamente com conseqüências ainda mais cruéis, na marginalidade, no aumento da criminalidade e na violência.

É importante que se destaque um dos tópicos desta matéria assinada pelo Secretário de Desenvolvimento dos Municípios e que a Imprensa Nacional divulgou, acerca do conceito entre o rural e o urbano.

Esta relação é hoje, a grande chave para o desenvolvimento harmônico de nossas cidades. Situação perfeitamente captada pelo Secretário, que compreende que as soluções para os grandes centros dependem definitivamente de uma ação administrativa de peso, nas pequenas e médias comunidades. De lá é que partem periodicamente, ondas migratórias sem assistência e sem integração social e que sentiam nossas maiores cidades. Vão ter portanto, essas ondas migratórias, que significam um fluxo altamente perigoso, para as grandes metrópoles, é uma solução da qual nós não podemos nos desligar, sob pena de estarmos incorrendo num grave pecado em que vai se projetar o futuro.

Devo aqui lembrar também, Srs. Deputados, a esse respeito, uma experiência que foi feita em Curitiba, quando Saul era Prefeito, o programa de desfavelamento. Quando não se procurou através desse programa e eu com ele me identifiquei inteiramente, porque como Vereador de Curitiba, acompanhei a elaboração daquele programa, quando se procurou colocar esses núcleos de desfavelamento, perto de regiões urbanas de Curitiba, já dispondo de uma infra-estrutura, que permitisse assistência social, transporte coletivo, assistência técnica, enfim todo tipo de assistência que precisa o homem da cidade.

E dentro deste conceito é bom que se ressalte o trabalho que se desenvolve hoje, no que toca a habitação popular. Dentro

desta filosofia, de colocar esses núcleos habitacionais, em regiões já urbanizadas, para que se evite a intemperividade da colocação de núcleos habitacionais, longe do progresso, longe da civilização, longe dos benefícios que hoje nós podemos colocar ao alcance de todos os paranaenses.

Portanto, esses conceitos todos me parecem, são profundamente importantes e merecem um comentário muito especial e um apoio político, que é o que nós estamos dando neste momento.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Airton Cordeiro, nós na realidade não podemos deixar de estranhar em absoluto, algumas colocações feitas pelo Secretário Saul Raiz. Mas na verdade, o vemos como um cristão novo, que de repente se vê entusiasmado e extasiado, diante da cruz. Porque a impressão que se tem é que na verdade acabou de descobrir a própria América, quando prega essa redistribuição das rendas oficiais. Quando chega próximo à defesa evidente da necessidade de uma reforma tributária. Só que não há dúvida alguma. Se existiu e ainda existe essa hipertrofia do Poder Central, ela tem a sua lógica e a sua competência que está no projeto político, que precisou ter o domínio de todas as finanças do País, para politicamente de Brasília, determinar até o que se fazia no interior de Nova Santa Rosa, no município recentemente criado, que se desmembrou de Toledo.

Portanto não há dúvida alguma, de que todos aqueles que fizeram parte, principalmente ainda no Executivo; todos aqueles que conviveram esse período todo, sustentando o que aí está são tão responsáveis, quando Figueiredo, quando Delfim Neto, quanto Costa e Silva, Ernesto Geisel, Castello Branco, Junta Militar etc., porque são avalistas do que aí está, ou foram avalistas.

E é isso que nós estranhamos: de repente passam a ser entusiastas de modificações que bastariam ter lido, por exemplo, em 1966, no programa do PMDB, de então, onde previa o fracasso do modelo concentrador, que hipertrofiava todos os Poderes do Executivo, e que já evidenciava a necessidade de uma reforma tributária.

E deixo, aqui, portanto, com muita clareza, quando Vossa Excelência coloca o problema dos tecnocratas, eles também só existem, porque há os que os defendem direta ou indiretamente.

E concluo, Deputado: tenho minhas sérias dúvidas quanto a essa Secretaria que Vossa Excelência tanto evidencia como modelo, como exemplo, e de seu titular, porque sinto no correr o interior os exemplos típicos. Não só o que ouvimos outro dia, aqui, quando o Deputado de Guarapuava, o nosso companheiro Trajano Bastos, também de maneira estranha, evidenciava que o Secretário mais atendia Vereador para fazer um "playground", do que atender programas sociais.

E qual não foi a minha surpresa, ao chegar no meu município, e ver uma placa da Secretaria Especial dos Municípios, fazendo um calçadão onde nós temos só um bairro, com mais de 15.000 pessoas, sem água, sem esgoto, sem luz elétrica, e sem os problemas de posse da terra resolvidos.

Mas, para fazer calçadão, ah! isso tem prioridade a Secretaria do titular que Vossa Excelência tanto destaca.

Ora, Sr. Deputado, por esta e outras razões, é paliativa, é artificial e, no nosso entendimento totalmente de política eleitoral, inadequada para o presente, que é de intranquilidade social, de graves problemas que, portanto, não é fazendo "playground" aqui, calçadão lá, que nós vamos atender as prioridades, muito mais criando novas secretarias que, na verdade, passam apenas a repassar cheques, sem uma prioridade. Porque, quando se fazem "playgrounds", quando se usa um dinheiro desses para virar uma avenida de um município, como o de Toledo, para colocar lá um calçadão, que nós podemos até

admitir seja importante esta obra, mas, prioritariamente há outras a fazer, de cunho social muito mais evidente.

Por isso, a nossa manifestação de estranheza a esta tentativa de querer modelar para o Brasil uma Secretaria que nós temos todas as dúvidas possíveis quanto à sua direção e quanto até à sua substância.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que resta um minuto para o término de sua oração, nobre orador.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concluo, Sr. Presidente, e neste minuto eu responderei ao aparte do Deputado Nelson Friedrich dizendo, em primeiro lugar, que muito pior seria se o Governo do Paraná cruzasse os braços, e não tentasse suprir, de alguma forma, esta má distribuição da renda nacional.

Seria uma omissão que certamente seria condenável pelo próprio Deputado, da tribuna desta Casa, reiteradamente, em outros casos.

Então, o Governo do Paraná cria, hoje, um instrumento para tentar suprir a ausência dos recursos para os municípios do Paraná, e por isso é condenado também.

Então, a Oposição condena pela omissão e condena pela ação. É a conclusão a que eu chego.

Também devo dizer que nós não estamos aqui, o PDS não está aqui, já ficou claro nesta Casa, para avaliar o comportamento da tecnocracia. Nós já acompanhamos, neste período legislativo, candentes pronunciamentos contra a tecnocracia.

E ainda na sessão de hoje, acompanhamos o pronunciamento do nobre Deputado Erondy Silvério, com a inserção de apartes, e todos nós condenando, reiteradamente, a tecnocracia.

Então estamos, realmente, nos posicionando com a maior tranquilidade possível, para atacar os problemas que nos dizem respeito.

Falou o Deputado Nelson Friedrich que construir um calçadão — e eu entendi a colocação do Deputado — talvez seja insignificante. Mas, acabamos de receber um pedido, ali no Comitê de Imprensa, para construirmos uma cancha de esportes para um grupo escolar daqui de Curitiba. Lazer é dar vida à nossa população. E essa prioridade não foi o Secretário, não foi o Governo que definiu, não. Foi o Prefeito de seu município, foi o Vereador do seu município, que, certamente sentem mais que o nobre Deputado, os problemas da comunidade, seja urbana, seja rural.

O deputado quer também que a Secretaria dos Municípios opere o milagre de regularizar a posse da terra, como que ignorando que a estrutura fundiária está subordinada ao ITC, ao INCRA. E sei que o Deputado não ignora.

Mas, acontece que, para artificializar, Sua Excelência diz que a posse da terra não foi regularizada e o Governo do Paraná está lá construindo o calçadão.

(Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa o nobre Deputado que está encerrado o horário que lhe é concedido.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que é concedido à Liderança.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PP.

Com a palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como continua sendo indiscutivelmente um assunto que monopoliza as atenções do País, o problema da famosa proposta que está para chegar, eu me permiti, inicialmente, ler alguns tópicos que acho importantes, publicados, hoje, na “Folha de

São Paulo”, a respeito do projeto.

“O projeto que está sendo estudado pelo governo para aumentar de oito para dez por cento a taxa de contribuição de empregados e empregadores ao Instituto Nacional da Previdência Social e que também muda a sistemática de aposentadoria recebeu as mais diversas reações no Senado e no Congresso.

No Senado, o primeiro a bordar o problema foi Luiz Cavalcante (PDS-AL), para quem a má administração é que origina as dificuldades previdenciárias. O Senador sugeriu ao governo que “lance mão de Cr\$ 100 bilhões, dos 400 previstos como superávit na arrecadação, pelo Ministro Delfim Neto, para saldar seu próprio débito previdenciário”.

TERRORISMO CONTRA A ELEIÇÃO

O primeiro Vice-Presidente nacional do PMDB, Senador Teotônio Vilela, mostrou-se convencido de que o Ministro Delfim Neto está atuando no momento, como “executor político” de um plano “terrorista” destinado a “fazer desabar as eleições de 1982”. “Já que o atentado do Riocentro não deu certo — acentuou — faz-se agora esse terrorismo econômico para atingir o pleito”. Entre as medidas de “terrorismo” que fariam parte desse plano, Teotônio citou o “pacote” da Previdência Social, a suspensão de crédito para o Nordeste e não atendimento de reivindicações do empresariado paulista.

Para o presidente do Partido Popular, Senador Tancredo Neves (MG), o PDS é um dos responsáveis pela falência da Previdência Social, pois “em cada Estado o INAMPS era destinado a um ou mais políticos”. “Em Minas Gerais — prosseguiu — foram distribuídos boletins informando que através dos diretores do PDS seriam obtidos os benefícios da Previdência. Isto é chocante, escandaloso”.

A recuperação técnica e econômica do INAMPS é, a seu ver, tarefa inadiável que terá de ser feita por uma comissão de empregados, empregadores e técnicos previdenciários. “Não me refiro ao governo porque ele é um devedor relapso da Previdência e co-responsável por este colapso”, observou.

Falando pelo PP o Deputado Peixoto Filho, do Rio de Janeiro, afirmou que seu Partido não concorda com as pretensões pretendidas porque o Governo tem outras opções para salvar a Previdência, tais como: venda dos 5.000 imóveis que o INAMPS possui, transferência da prestação de assistência médica ao Ministério da Saúde (“por ser obrigação do Estado e não do trabalhador custeá-la”) e pagamento da dívida da União para com a Previdência.”

Citei estes fatos, estes tópicos publicados hoje através de “A FOLHA DE SÃO PAULO”, para fazer assim uma somatória a tantos pronunciamentos que nós temos ouvido aqui nesta Casa, de representantes do PDS, que temos ouvido através do rádio, da televisão e da imprensa, para dizer que, hoje, quando eu assistia um programa de televisão desta Capital, em que uma entrevista era feita com o Governador Ney Braga, a respeito exatamente deste problema, eu fiquei estupefato, quando o Governador paranaense, apenas e tão somente dizia que “não entraria em seara alheia e, como consequência, não responderia a pergunta”. Fiquei como neste instante, pasmado, pasmado, porque é mais um episódio que surge e que deveria exigir um posicionamento do Governador do Estado do Paraná, e como já aconteceu mais de uma vez, o Governador Ney Braga mais uma vez posiciona-se evidentemente, sobre o muro, aguardando aquilo que possa acontecer, se, a proposta venha ou não ser encaminhada, qual será efetivamente a posição do Governo Federal a respeito deste assunto. Quando ouvimos manifestações de que o próprio Partido governista tem nas suas incursões pelo Estado, inclusive, apresentado votos de repúdio a tais medidas, estranhamos que o grande Chefe, que o grande Líder do barco não tome efetivamente, a posição que deveria tomar.

Mas, Srs. Deputados, gostaria de, aproveitando o horário

destinado à Liderança do meu Partido, lembrar que, dentro de mais alguns instantes, às 17:00 horas, estará ocorrendo em Brasília, no Palácio do Planalto, a Reunião Extraordinária do Conselho Político do Governo, quando serão definidas as reformas eleitorais, quando serão definidas as regras do jogo. Houve, evidentemente, um apressamento na definição, até a classe política foi surpreendida ontem quando estourou a notícia divulgada através do vice-Líder do PDS na Câmara Federal, dando conta de que o Presidente da República tomara essa decisão. Esta tarde decide-se, portanto, em termos de Governo, em termos da grande cúpula que define os problemas políticos do País, quais serão efetivamente as regras do jogo; as especulações indicam que, a sublegenda deverá efetivamente vigorar nas próximas eleições, há dúvidas ainda com referência aos números, se, 2 ou 3, as outras notícias, contudo, pelo menos já servem talvez para amenizar um pouco o "pacote" das definições, pois, admite-se que a coligação partidária venha a ser permitida na definição de hoje, bem como, ainda não há, segundo as informações, uma definição mais precisa a respeito da vinculação de votos.

Tenho a impressão que, essa medida tomada pelo Governo e pelo menos já se comentou assim — ela tem um objetivo, o objetivo talvez de esvaziar o desgaste terrível que o Governo está sofrendo, em função do "pacote" previdenciário. Parece que este é o principal objetivo, fazer com que o País, com que a classe política volte a discutir, a falar a respeito da reforma eleitoral, para fugir um pouco do campo do impacto ocorrido com referência à Previdência. E interessante é que muito se comenta a respeito da participação do empregado e do empregador, em aumentar de oito para dez por cento, pouco se falando, todavia, a respeito de outro tópico importante, qual seja, em se limitar, em 60 anos, com 35 anos de serviço efetivo, o prazo para aposentadoria. É outro fato que vai efetivamente mexer com a classe política, deverá mexer. E parece mesmo que o Governo, forçosamente terá que recuar, uma vez que, segundo o próprio IBGE, a média de vida do brasileiro hoje, segundo o IBGE, a média de vida do brasileiro hoje é de 61 anos. Como consequência, admitindo-se o termo de 60 anos, com 35 anos de serviço para efeitos de aposentadoria, acontece que será o mesmo morrer para aposentar-se. Entretanto existem óbices difíceis de serem vencidos como referência à própria aposentadoria da mulher que já é privilegiada pela própria Constituição, estabelecendo em trinta anos. Os funcionários públicos civis que são regidos por normas constitucionais; dos militares para os quais existem normas próprias para definição.

Nessas condições, o nosso entendimento é que efetivamente o que se pretendeu foi criar, foi tumultuar de momento, o panorama nacional com o problema da Previdência, dos fracassos da administração, das formas de corrigir os déficits que aí estão, e procurando-se agora uma forma de pelo menos amenizar o impacto que se pensou, talvez, não fosse tão grande, não fosse tão violento, porque nesta altura a verdade é uma só, a voz quase que unânime do País, é pela cabeça de Jair Soares, do Ministério que ele representa, porque a cabeça de Delfim há muito tempo o Brasil inteiro vem pedindo.

Muito obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei n.º 8/81, de autoria de diversos Srs. Deputados, constante do expediente.

Recebida. — Junte-se ao projeto de lei citado.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/81, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que acresce inciso que especifica ao Artigo do Regimento Interno. (Comissão de Defesa do Consumidor). Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA, com EMENDA por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 33/81, (Mens. Govern. n.º 37/81), que aprova os termos de Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, com os municípios aqui nominados, objetivando a construção e/ou recuperação de instalações sanitárias de abastecimento de água em escolas rurais. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, à ex-Proposição n.º 05/81, (Mens. Govern. n.º 3/81), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Esporte e da Cultura e os Municípios aqui nominados, conforme as datas especificadas, visando aplicação de recursos na implantação de Módulos Esportivos nos referidos municípios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 17/81, (Mens. Govern. n.º 18/81), que aprova o Convênio de Cooperação SELP n.º 162, celebrado pelo Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, com o Município de Cerro Azul, objetivando a construção e equipamento de um Mini-Posto de Saúde, na localidade de Caraguatá, no referido município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 29/81, (Mens. Govern. n.º 32/81), que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando conjugação de reforços dos Governos da União, do Estado e dos Municípios para execução do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados José Tavares e Fiori Luiz, com o apoio dos Srs. Deputados Valduga e Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Hugo Seben, ocorrido em Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE à Itaipu Binacional,

Furnas, Centrais Elétricas S/A e ELETROBRÁS. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

12 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 05, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 24, 25, 26, 28 e 29/81.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/81.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 607/81

designar o funcionário LEÔNIDAS RAMOS DA SILVA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, no período compreendido entre 1.º de abril a 31 de dezembro de 1.981, como Motorista.

PORTARIA Nº 608/81

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1981, do funcionário DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, designando-o para prestar serviços como Motorista no Gabinete da Presidência.

(Protoc. nº 6077).

PORTARIA Nº 609/81

designar MIRIAN WOLFF PEREIRA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. nº 6079).

PORTARIA Nº 610/81

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1981, das funcionárias DIVA SCARAMELLA, LIZETE BITTENCOURT e ANA MARIA MACEDO MANSUR, designando-as para prestarem serviços no Departamento Legislativo.

(Protoc. 5221/81).

PORTARIA Nº 611/81

designar LUIZ PREU, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Serviço de Segurança, até 31 de dezembro de 1.981.

(Protoc. nº 6304).

PORTARIA Nº 612/81

I — revogar a Portaria nº 366/78, na parte que se refere ao funcionário IVO GUSSO, matrícula nº 264, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que lotou o mesmo no Departamento Legislativo; e,

II — lotar no Departamento Administrativo, a partir de 20 de julho do corrente, o funcionário acima citado.

(Protoc. nº 6051).

PORTARIA Nº 613/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 058/81, ao funcionário ABIB MIGUEL, matrícula nº 038, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 5822).

PORTARIA Nº 614/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 058/81, ao funcionário JOSÉ RENATO DUARTE, matrícula nº 039, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 6054).

PORTARIA Nº 615/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 058/81, ao funcionário JOÃO MARIA SERPA, matrícula nº 070, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 6114).

PORTARIA Nº 616/81

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1.981, do funcionário ANTÔNIO BERALDO, designando-o para para prestar serviços como Motorista no Gabinete da 1a. Secretaria.

(Protoc. nº 6078).

PORTARIA Nº 617/81

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1.981, das funcionárias REGINA APARECIDA SCREMIN MACHADO e AVANI FERNANDES DIETRICH, designando-as para prestarem servi-

ços no Departamento Administrativo.

(Protoc. nº 6076).

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de agosto de 1981

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

DIRETOR GERAL